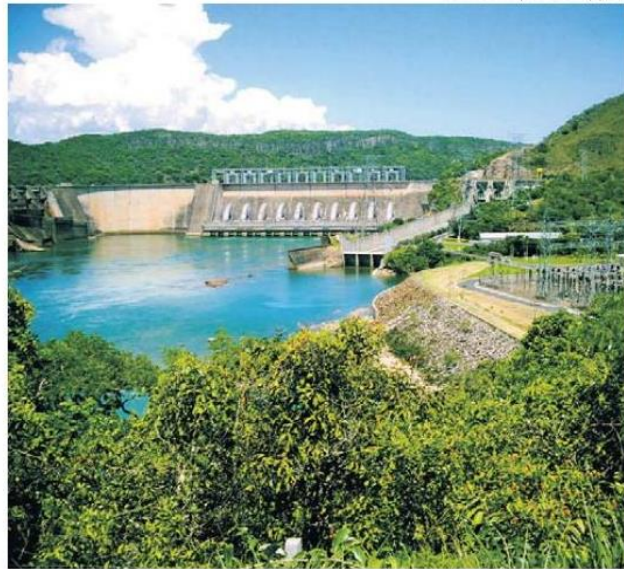


O ESTADO DE S. PAULO



Energia deve ter nova rodada de privatização

Controladas pelos Estados, distribuidoras têm dificuldades para cumprir metas



RENE MOREIRA/ESTADÃO-24/9/2013

Pena. A mineira Cemig recebeu autos de infração da Aneel

Anne Warth / BRASÍLIA

Distribuidoras de energia controladas por governos estaduais estão com dificuldades para cumprir as metas de qualidade do serviço e apresentar resultados positivos, fundamentais para a realização de investimentos. Para analistas do setor, exigências cada vez mais rígidas da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e a crise financeira dos Estados tendem a empurrar as empresas para a privatização, o caminho mais fácil para evitar a perda da concessão.

Seria a terceira onda de privatizações no setor. Na década de 1990, diversas distribuidoras foram privatizadas pelos Estados em troca da renegociação de suas dívidas com o mercado pela União – como Eletropaulo, hoje Enel SP, e Light, no Rio. No ano passado, seis distribuidoras

do Norte e Nordeste, que eram estaduais e foram transferidas para a Eletrobrás, antes de serem vendidas. A privatização de estatais é uma das alternativas propostas pelo Plano Mansueto para Estados que precisarem de socorro da União.

Entre as empresas com mais problemas na área econômico-financeira estão a CEB, distribuidora controlada pelo governo do Distrito Federal, e a CEEE, que pertence ao governo do Rio Grande do Sul. Já a Cemig, do governo de Minas Gerais, luta para provar à Aneel que cumpriu as metas de qualidade do serviço.

Ao renovarem suas concessões por 30 anos, em 2015, essas distribuidoras se comprometeram a atingir uma trajetória de melhoria nos indicadores econômicos e de qualidade em cinco anos, até 2020. Caso descumpriam os índices mínimos por dois anos consecutivos nesse

período, podem ter as concessões cassadas – nesse cenário, ficam sem ativos e fluxo de caixa futuro, com dívidas e passivos trabalhistas, ou seja, sem valor. Para evitar essa punição, as empresas são obrigadas a apresentar um plano de troca de controle – o que, no caso das empresas controladas por Estados, significa a privatização.

A CEB já rompeu o indicador econômico-financeiro no ano passado e, para cumprir o deste ano, precisaria de um aporte de R\$ 426 milhões. O governador Ibaneis Rocha já sinalizou que deve vender o controle da com

● À venda

A CEB já rompeu o indicador econômico-financeiro e, para cumprir o deste ano, precisaria de um aporte de R\$ 426 milhões. O governador Ibaneis Rocha já sinalizou que deve vendê-la.

panhia, proposta que será submetida aos acionistas em assembleia na próxima quarta-feira, dia 19 de junho. O DF é dono de 80% dos papéis da empresa. Procurada, a companhia informou que não iria se manifestar até a realização da assembleia.

Resultados. Alvo de fiscalização direta da Aneel, a CEEE não tem cumprido o plano de resultados, exigido após a piora na qualidade do serviço. Segundo apurou o *Estadão/Broadcast*, a empresa está em situação grave e deve ser intimada já nas próximas semanas a apresentar uma solução. Paralelamente, o governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite, conseguiu acabar com a obrigatoriedade de realização de um plebiscito para privatizar estatais. A proposta foi aprovada pela Assembleia Legislativa, no mês passado, e abriu caminho para a venda da CEEE - será preciso aprovar um projeto de lei para isso. Procurada, a empresa não comentou.

Maior distribuidora do País em unidades consumidoras atendidas, com 8,4 milhões, a Cemig tem grandes chances de não atender os indicadores mínimos de qualidade da Aneel, segundo apurou o *Estadão/Broadcast*. A Cemig recebeu autos de infração referentes aos anos de 2016 e 2017, mas está recorrendo na Aneel. A empresa tenta provar que não houve má-fé, mas erro na interpretação da norma, para evitar caracterizar o rompimento dos indicadores por dois anos consecutivos - o que levaria à caducidade de concessão.

Procurada, a Cemig informou que vem cumprindo todos os limites de qualidade impostos. A empresa disse que investiu R\$ 5 bilhões em sistema de distribuição entre 2013 e 2017 e deve investir outros R\$ 5 bilhões até 2022.

Também do grupo Cemig, outra distribuidora que enfrenta

dificuldades é a Light, privatizada em 1996. Com 3,9 milhões de unidades consumidoras no Rio, a empresa é uma das mais atingidas pelos furtos de energia, o que tem se refletido em seus indicadores financeiros. No caso de Minas Gerais, a privatização exige referendo popular para a venda de estatais. Se quiser privatizá-la, o governador Romeu Zema terá que convencer a Assembleia Legislativa a mudar a Constituição estadual.

A Light informou que pretende lançar ações no mercado para reduzir sua dívida e diz que retomar a trajetória de redução de perdas é sua maior prioridade nas áreas "possíveis", "uma vez que a violência e o poder paralelo têm dificultado o acesso das equipes para a realização do trabalho".

Aneel admite que estatais têm problemas

BRASÍLIA

A própria Aneel reconhece que as distribuidoras estatais têm mais dificuldades para obter resultados, comparativamente a empresas privadas. Em nota técnica que analisa os resultados da regulação nos últimos anos, a agência afirma que "sob o prisma econômico, há estudos que sugerem que empresas privadas respondem de forma mais acentuada a incentivos econômicos do que as públicas".

De acordo com a nota técnica da Aneel, as estatais registram perdas devido a custos operacionais mais altos e pela dificuldade de combater perdas.

A Aneel ainda não abriu nenhum processo para encerrar a concessão de uma distribuidora. A apuração do cumprimento das exigências em 2018 para todas as empresas está em fase de apuração, informou a agência.

O coordenador do Grupo de Estudos do Setor Elétrico (Gesel) da UFRJ, Nivalde de Castro, diz que as distribuidoras de grupos privados são mais eficientes pois conseguem se blindar de interferências políticas. "Elas têm uma gestão com mais velocidade e ação que empresas estatais", disse. "Essa não é uma posição ideológica, mas de análise econômico-financeira."

O presidente do Instituto Acende Brasil, Claudio Sales, destaca que, entre 2001 e 2017, os custos do setor de distribuição caíram pela metade, mas as estatais têm dificuldades de reduzir suas despesas, principalmente de pessoal. /A. W.